O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 14/03/2024 - 06:00

Fim dos supersalários aliviaria cofres públicos em R$3,75 bi

Congresso

Fim dos supersalários economizaria R$ 3,75 bilhões/ano aos cofres públicos

Impacto foi calculado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) com base em projeto de lei que acaba com remunerações acima do teto constitucional e está parado no Senado

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Em janeiro deste ano, 1.965 servidores públicos federais receberam salário maior do que o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No mesmo mês, 77 funcionários da Câmara dos Deputados tiveram um contracheque maior que o do presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Também em janeiro passado, 15.704 juízes ganharam mais do que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso.

As três autoridades citadas – Lula, Pacheco e Barroso – receberam, cada uma, um salário de R$ 41.650,92 em janeiro. É o máximo que um servidor público poderia ganhar naquele mês no Brasil, de acordo com a Constituição Federal. O valor é equivalente ao salário de um ministro do STF, como manda a Carta Magna. Um grupo de funcionários, porém, consegue incorporar outras vantagens e benefícios por fora, criando os chamados supersalários no serviço público.

O fim dos supersalários faria com que o poder público economizasse R$ 3,75 bilhões por ano e ganhasse chance de investir o dinheiro em áreas como saúde, segurança e preservação do meio ambiente. O impacto foi calculado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), com base no projeto de lei que acaba com os salários acima do teto permitido pela Constituição. A proposta está parada no Senado desde novembro do ano passado. O CLP é uma entidade suprapartidária que acompanha e realiza projetos em mais de cem organizações públicas.

FÉRIAS DE 60 DIAS. O valor é suficiente para financiar, por exemplo, todas as ações do Ministério do Meio Ambiente, incluindo a fiscalização ambiental nos biomas brasileiros. Com o montante, também seria possível incluir 500 mil pessoas como beneficiárias do Bolsa Família. Além disso, a quantia equivale a quase um terço do que o Ministério dos Transportes gasta com investimentos em rodovias.

O projeto de lei regulamenta os supersalários e limita o pagamento fora do teto a situações excepcionais, como auxílio-moradia para quem atua fora da comarca de origem e pagamento de férias não gozadas limitado a 30 dias e apenas se o magistrado comprovadamente não puder tirar o período de descanso. No Brasil, os juízes têm direito a 60 dias de férias, mas muitos vendem parte do período para aumentar o contracheque.

O cálculo do CLP considera tudo o que é pago acima do teto e define que 20% desses valores poderiam ser considerados de fato indenizatórios, ou seja, pagos por fora, colocando o restante para dentro do limite constitucional. Isso resultaria na economia de R$ 3,75 bilhões anualmente.

TOPO. As estimativas foram feitas pelo gerente de Inteligência Técnica do CLP e pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV), Daniel Duque, e pelo coordenador de Inteligência Técnica do CLP, Pedro Trippi, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Trabalho e Emprego.

"São recursos extremamente importantes para aplicar em áreas como saúde e educação e que continuam indo para contracheques astronômicos, para uma casta muito privilegiada do setor público", afirmou o presidente do CLP, Tadeu Barros.

De acordo com o estudo, aproximadamente 6.320 servidores federais tiveram uma renda média acima do teto em 2023. A quantidade representa 0,79% do total. Nos Estados, esse contingente é de cerca de 12,3 mil funcionários, ou 0,41% dos servidores.

Dados de 2021 levantados pelo CLP mostram que o Judiciário naquele ano aparecia como o Poder mais privilegiado. No Executivo, 42.551 funcionários superaram o teto em algum momento do ano. No Legislativo, o número foi de 20.041. Já no Judiciário, foram 107.291 servidores que ultrapassaram o limite de salários, culminando nos gastos extras para a administração.

Beneficiários
Dinheiro economizado poderia ser utilizado para incluir 500 mil pessoas no programa Bolsa Família

"Como diz o professor Antonio Anastasia, ministro do Tribunal de Contas da União, resolver os supersalários é o cartão de visita para a reforma administrativa. É o começo para se discutir qualidade, melhor alocação dos recursos, melhor estruturação das carreiras e gestão do desempenho", disse o presidente do CLP.

A questão também se estende aos municípios, onde aproximadamente 1,5 mil servidores recebem acima do teto constitucional, ou seja, 0,03% dos funcionários.

Para os pesquisadores, o percentual de servidores que recebem acima do teto, mesmo baixo, reforça a percepção de que existe uma elite no funcionalismo público, com privilégios a que a maioria dos brasileiros não tem acesso.

O projeto que acaba com os supersalários está tramitando no Congresso desde 2016. O texto está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, presidida pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), desde novembro do ano passado. A proposta depende de um parecer do senador Eduardo Gomes (MDB-TO), escalado como relator. Alcolumbre e Gomes foram procurados para falar sobre o assunto, mas não responderam à reportagem.

QUINQUÊNIO. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, quer pautar o projeto no primeiro semestre deste ano, mas, em troca, aprovando também uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que ressuscitaria outro benefício fora do teto para juízes e procuradores. A PEC recria o quinquênio, um bônus de 5% sobre os subsídios pago para magistrados e promotores a cada cinco anos de serviço.

O pagamento do bônus foi extinto em 2003 e aumentaria as despesas do poder público em R$ 2 bilhões por ano, de acordo com dados do CLP. O senador Eduardo Gomes também foi escalado para relatar a PEC. Antes mesmo de a proposta ser votada, no entanto, alguns tribunais começaram a autorizar os pagamentos. O assunto foi parar no Supremo, que ainda julga uma ação sobre o tema.

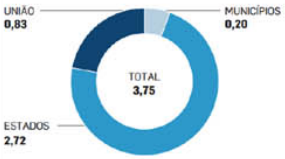
'ANTÍTESE'. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se manifestou a favor do projeto de lei que acaba com os supersalários. Articuladores do governo não concordam, porém, com a aprovação da PEC do quinquênio, o que manteria uma pressão sobre os gastos públicos.

"É até uma antítese acabar com os supersalários e passar a ter um penduricalho adicional que é dado por tempo de serviço. Vai contra a lógica e o melhor a fazer é aproveitar a janela de oportunidade de reforma administrativa para discutir a qualidade do gasto", afirmou Tadeu Barros, presidente do CLP. ●

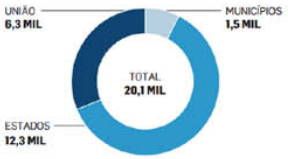
VALORES

Supersalários são pagos mais no Judiciário e nos Estados

Impacto do Projeto de Lei dos Supersalários
Economia por ano com limite de pagamento de salários acima do teto constitucional*
EM BILHÕES DE REAIS



Servidores que recebem salários acima do teto
Quantidade de funcionários públicos com remunerações médias acima do limite estabelecido pela Constituição*



*ESTIMATIVA COM BASE NA PNAD CONTÍNUA DE 2023 E DADOS DA RAIS DE 2021
FONTES: CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA / INFOGRÁFICO ESTADÃO

"São recursos extremamente importantes para aplicar em áreas como saúde e educação e que continuam indo para contracheques astronômicos, para uma casta muito privilegiada do setor público"

"Resolver os supersalários é o cartão de visita para a reforma administrativa. É o começo para se discutir qualidade, melhor alocação dos recursos"
Tadeu Barros
Presidente do CLP

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 6